

História e memória da Revolução Farroupilha: breve genealogia do mito

History and Memory in the Farroupilha Revolution: a brief genealogy of the myth

Jocelito Zalla*
Carla Menegat**

RESUMO

O objetivo deste texto é apresentar um panorama das manifestações em torno da Revolução Farroupilha, desde o próprio episódio até sua consolidação como mito fundador da identidade regional no Rio Grande do Sul. Debatedo momentos importantes desse processo, como o da refração à memória sobre o evento, o de sua apropriação política pelo projeto republicano, sua reabilitação pela memória histórica e sua ritualização pelo tradicionalismo gaúcho, propõe-se reconstituir analiticamente a fixação do fato como patrimônio simbólico coeso e múltiplo, suficientemente elástico para pautar conflitos internos e tensões entre o estado e o centro do Brasil.

Palavras-chave: identidade regional; Revolução Farroupilha; memória.

ABSTRACT

The aim of this paper is to present a panorama of manifestations related to the Farroupilha Revolution, from the event itself to its consolidation as the founding myth of regional identity in Rio Grande do Sul. Debating important moments in this process, such as the refraction of memory in relation to the event, its political appropriation by the republican project, its rehabilitation in historical memory, and its ritualization in *Gaúcho* traditionalism, it is proposed to analytically reconstitute the establishment of the fact as a symbolically cohesive and multiple heritage, sufficiently elastic to guide internal conflicts and tensions between the state and the center of Brazil.

Keywords: regional identity; Farroupilha Revolution; memory.

A Revolução Farroupilha (1835-1845) se configurou, historicamente, como evento emblemático da memória pública no Rio Grande do Sul. Seus lances de batalha são, ainda hoje, narrados em tom épico, e seus protagonistas

* Mestre pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor, Colégio de Aplicação da UFRS. Av. Bento Gonçalves, 9500 – Agronomia. 91501-970 Porto Alegre – RS – Brasil. zallaj@hotmail.com

** Doutoranda pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. carlamenegat@hotmail.com

transformados em heróis da ‘pequena’ e da ‘grande’ pátria, ora pela suposta resistência à opressão do centro político e econômico do Brasil, ora pela também hipotética aspiração à liberalização e ‘republicanização’ do país, o que incorre na afirmação de seu caráter nacionalista. Em ambos os sentidos, como mito, a revolta tem sido matriz para discursos políticos, debates historiográficos, criações artísticas e projetos identitários.

Evidentemente, sua reprodução encontra eco no imaginário local e brasileiro. Quem nasce e/ou mora no estado sulino é frequentemente interpelado por discursos que afirmam sua ‘gauchidade’ e estabelecem uma linha de continuidade dos ‘valores locais’ com os ‘nobres ideais’ da elite farroupilha. Muito recentemente, por exemplo, uma pesquisa de opinião pública¹ confirmou que a autopercepção dos rio-grandenses é marcada por lugares-comuns de longa trajetória. Quando o assunto foi identificar a ‘cara do RS’, 34% dos entrevistados apontaram para a região da Fronteira, enquanto 27% apostaram na Metade Sul. Ambas, *grosso modo*, compartilham o espaço geográfico e simbólico denominado *pampa*. É o romântico deserto verde dos cavaleiros errantes e peões das imensas estâncias, que teria gestado símbolos, tradições e heróis como o líder farroupilha Bento Gonçalves, eleito principal figura histórica do Rio Grande por 37% dos entrevistados. Quem consome, desde fora, algum tipo de imagem sobre a região precisa lidar com representações tão estereotipadas quanto produtos de uma história de conflitos bélicos e, principalmente, simbólicos entre o centro e a periferia. Quer dizer, ao contrário do que a naturalização do ‘perfil cultural’ citado indica, os atributos hoje creditados ao gaúcho gentílico são frutos de seleção memorialística, alheios, portanto, a fatalismos geográficos. O que se apresenta como ‘típico’ do Sul poderia muito bem não sê-lo.

No caso específico da Revolução Farroupilha, o processo de construção do fato como patrimônio simbólico percorre diferentes momentos da produção intelectual local. Além disso, a disputa entre as diferentes versões sobre o evento e sua consolidação como momento fundador da identidade gaúcha tem sido objeto de estudo da historiografia científica. O objetivo deste artigo, então, é analisar o processo de produção e reprodução do episódio farrapo enquanto mito, de forma prospectiva e retrospectiva, através de cinco momentos chave: a) as batalhas discursivas no seio do próprio movimento; b) a configuração de uma memória marginal e negativa da revolta, após a resolução do conflito; c) a celebração do episódio pela geração republicana do final do século XIX; d) a reabilitação definitiva da Revolução pela memória histórica oficial, nas primei-

ras décadas do século XX; e) o retorno festivo do mito, com o surgimento do *movimento tradicionalista gaúcho*, a partir do final da década de 1940.

AS DIMENSÕES DA DISPUTA NOS DISCURSOS FARROUPILHAS

A contenda *a posteriori* em torno dos fatos do decênio farroupilha que se prestaram a uma caracterização epopeica vem encobrendo, ao longo do tempo, a disputa discursiva que aconteceu paralelamente ao conflito armado. Para além da análise realizada à exaustão pela historiografia² e por estudiosos não ligados ao meio acadêmico, que criou e cristalizou polêmicas, os discursos correntes durante a revolta também estavam inseridos em batalhas, travadas em diferentes dimensões do conflito. Seriam essas mesmas dimensões que persistiriam depois e alimentariam muitas das narrativas construídas em momentos posteriores.

Obviamente o nível mais evidente dessa disputa discursiva se encontrava na relação entre a província e o Império, e certamente esse é o aspecto mais retomado do conflito, constituindo a própria gênese de um ‘discurso de crise’.³ Expressões como “o Rio Grande do Sul foi transformado na estalagem do Império” permanecem tão fortes quanto no momento em que foram empregadas por Bento Gonçalves em seu manifesto de 1835. A própria noção de que fora o Império que falhara com a província, como numa relação em que o centro administra os anseios de todos os entes, tem se prestado a inúmeros usos, garantindo que outra noção trazida nesse mesmo conjunto se perpetue, a de que o papel que cabe aos sul-rio-grandenses é o do protagonismo no contexto da nação. Ao falhar, a nação obrigava sua parte a se manifestar.

Ao tratar do “choque impetuoso entre interesses mal-combinados” – expressão dos farroupilhas para a convulsão que vivia o país durante o período regencial – que resultaria na crise, que se desenvolvera como conflito armado, o discurso farroupilha também se dirigia a outro nível da disputa, o que se dava dentro da província e a opunha aos legalistas. As queixas relacionadas às injustiças que o governo imperial cometia, como sua inaptidão em negociar e os prejuízos que causava aos cidadãos da província, eram dirigidas aos demais sul-rio-grandenses, como apelos à adesão da causa. Reflexo do esquecimento dessa dimensão do discurso dos farrapos é a aparente homogeneidade da província em sua revolta e, mais do que isso, o fato de tal caráter ter se constituído em identidade regional. O uso da imagem farroupilha como símbolo de pertença ao Rio Grande do Sul pressupõe a exclusão dessa dimensão do discurso.

Outra homogeneidade construída a partir da supressão de uma dimensão

discursiva é a dos próprios farroupilhas. O discurso público, especialmente o ligado à imprensa da República Rio-Grandense, disputava com outras formas de debate político os rumos da revolta. O caso dos escritos do mazziniano Luigi Rossetti é emblemático. Com a defesa do fim da escravidão e da República como única forma legítima de governo, o jornalista gerou tanto atrito entre os líderes da revolta que teve de abandonar a redação do jornal. Porém, sua saída não encerrou o uso do instrumento em disputas internas. Como é possível perceber na formação da inconclusa Assembleia Constituinte, os farroupos também tinham de se preocupar com sua heterogeneidade, e com os distintos projetos que concorriam sobre os rumos do Estado em formação.

Ao reconhecer essas três dimensões do conjunto discursivo que os farroupilhas encetaram, é possível reavaliar como os usos da memória sobre a Revolução Farroupilha a constituíram em distintos patrimônios políticos, com suas doses características de supressão e realce sobre cada ponto. Especialmente se pensarmos que essa disputa, ao contrário das batalhas armadas, não se encerra com o Tratado de Ponche Verde, mas, assim como seus personagens, prossegue no seio do sistema político monárquico.

O SILÊNCIO, O PESO DA SUSPEITA E A REDENÇÃO

A reintegração dos revoltosos à vida política do Império seria tão difícil quanto necessária. O próprio desenvolvimento das batalhas mostrou ao Império que não havia peritos maiores no terreno que os comandantes militares treinados na região, e um contingente considerável deles esteve no lado revoltoso, assim como parte considerável da elite provincial, característica particular em relação a outros movimentos do período. A proximidade da fronteira também se revelaria determinante, impelindo o governo imperial a buscar uma integração que não apenas exterminasse os sentimentos rebeldes, como também reerguesse a economia da província, devastada durante a guerra.

Os anos que se seguiram à revolta foram marcados por dois movimentos no discurso político: o silêncio e a suspeita. O primeiro produziu uma memória subterrânea, acompanhada de expressões de arrependimento e justificativas. O segundo, um estado de alerta acompanhado de constantes reprimendas ao que começava a constituir-se como uma identidade regional pejorativa, ao que se acrescentava a própria suspeita levantada pela evidência das diferenças geográficas e sociais da província em relação ao restante do Império.

Nos primeiros anos, o silêncio total e pleno foi acompanhado de recriminações. Como Caldre Fião, em *O Corsário*, os que se aventuraram a narrar o

episódio da Farroupilha o fizeram para mostrar a falta grave que o conflito representava em relação à nacionalidade. O tom de conselho do escritor, sugerindo mais amor à província através de dedicação e patriotismo ao Brasil, seria a primeira manifestação pública na Corte de um rio-grandense que via a revolta com maus olhos.⁴ Certamente, o discurso depreciativo, que pintava a Revolução como condenável, desde o elenco de seus motivos considerados ilusórios até os seus efeitos funestos sobre os homens e sobre a produção, inaugurou o que é possível chamar de uma identidade regional pejorativa.

Seguramente não foi o único, nem na literatura, em que o Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro proclamava a necessidade de “ingressar no panteão das glórias nacionais, segundo a conveniente imagem de defensores do território e da integridade do Brasil”, nem no quadro total das manifestações. Uma observação atenta dos discursos dos presidentes da província em seus pronunciamentos mostra que sua imagem característica era ao mesmo tempo motivo de apreço e apreensão. Valores como a habilidade guerreira, adquirida nos muitos anos de guerras, tanto podiam, num mesmo comunicado, ser louvadas como parte de um conjunto que permitia à província defender o Império das ameaças provenientes dos países vizinhos, quanto ser o eixo central de uma acusação da incapacidade de estabelecer ordem e civilização, impelindo os cidadãos a cometerem crimes.⁵ Acompanhando essas digressões sobre o caráter dos rio-grandenses, estavam sempre presentes o desaconselhamento à revolta, a lembrança da misericórdia imperial que permitira o retorno pacífico à pátria e, claro, a necessidade de manter a paz. Pareceres que aconselhavam o esquecimento e o silêncio sobre os anos em que aqueles homens não aceitaram que o Rio Grande fosse governado desde a Corte.

As trajetórias políticas de alguns líderes são extremamente reveladoras da produção desses discursos. Domingos José de Almeida, o mesmo cidadão que havia sido ministro da Fazenda da República Rio-Grandense, voltou à cidade de Pelotas, onde seguiria sendo importante líder local. Retomou seus negócios, voltou a compor o quadro da Guarda Nacional e a exercer a função de juiz de paz, porém, jamais voltou à Assembleia Provincial. A grande massa documental que compõe seu acervo pessoal, depositado na Coleção Varela do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, mostra que, depois da Revolução, seguiria com o hábito de escrever cartas aos amigos. Nestas, encontramos poucas menções à Revolução após os primeiros anos. Ao fim da década de 1850, coincidindo com sua volta à imprensa, Almeida começava a recolher relatos sobre a secessão, quando surgem as primeiras cartas de arrependimento. Totalmente

reintegrados ao Império, os antes rebeldes passaram a reconhecer os danos causados pelo conflito.

A mudança de postura tem várias causas relacionadas. Ao fim da década de 1850, o Império havia atendido as principais reivindicações da elite regional, posicionando-se incisivamente no rio da Prata, especialmente defendendo os interesses dos brasileiros produtores pecuários no Estado Oriental do Uruguai. Os espaços da burocracia imperial haviam sido consideravelmente expandidos, propiciando uma absorção maior de indivíduos no aparato estatal, especialmente no nível local, criando postos de autoridade que legitimavam prestígio e poder político. Por fim, a passagem dos anos permitia perceber a revolta não mais como uma ameaça a prestígios individuais, exigindo que fosse escondida ou negada, mas admiti-la como parte de uma trajetória política, como um atestado de experiência.

Ainda ao longo dessa década o perfil dos líderes políticos começava a mudar. Diferente da primeira legislatura da Assembleia Provincial, que era composta por muitos estancieiros e militares sem qualquer instrução formal, uma geração de graduados nas faculdades do centro do país passava a assumir paulatinamente os postos de maior prestígio. E apesar da postura firme em relação aos interesses dos produtores de gado estabelecidos no Uruguai, as reivindicações se multiplicavam, enquanto os ânimos na região se inflamavam, avizinhandose uma guerra que parecia transformar o Rio Grande no principal teatro de operações. O quadro aqui esboçado, *grosso modo*, permitia que o sentimento de revolta regredisse.

O desenvolvimento dos fatos durante a década de 1860 mostra a colocação de agentes da política provincial em posições destacadas por conta da Guerra do Paraguai e o conseqüente prestígio, que culminaria na nomeação de dois ministros rio-grandenses em 1878 – Gaspar Silveira Martins para o Ministério da Fazenda e Manoel Luís Osório para o da Guerra. Para toda uma geração, o peso da suspeita que a memória da secessão trazia fora o impulsor de uma aproximação com o centro do governo. Melhor do que pegar em armas era disputar projetos dentro do espaço mais privilegiado de decisão em todo o Império.⁶ Ainda assim, a crise econômica que acompanhou o fim do regime imperial impulsionou a abertura do centro do poder. Aliado a isso, o espaço aberto pela migração de muitos políticos do Sudeste para os partidos republicanos permitiu que as regiões periféricas fossem mais bem representadas. Era o ascenso de uma velha geração política à Corte, enquanto uma nova geração disputava espaço.

UM NOVO DISCURSO PARA UMA NOVA GERAÇÃO

As primeiras obras dedicadas exclusivamente a documentar a história regional datam da década de 1880 e estão intimamente relacionadas ao projeto republicano. Os esforços de Alcides Lima e Joaquim Francisco Assis Brasil, ligados ao projeto do Clube 20 de Setembro – clube republicano fundado pelos estudantes rio-grandenses da Faculdade de Direito de São Paulo – renderam uma interpretação particular da Revolução Farroupilha e de seu legado. Tanto a *História Popular do Rio Grande do Sul* quanto a *História da República Rio-Grandense* são textos construídos sob a pretensão de atenderem a pressupostos científicos, ao apresentarem a história da formação social da província. Buscando as bases para um federalismo por via republicana, os autores constituíram sua versão sobre os acontecimentos consolidando a imagem de homogeneidade dos farroupilhas em torno de ideais como o republicanismo e a descentralização do Estado.

A possibilidade de escrever sobre a revolta foi aberta pela emergência de uma nova geração política. Desprendida do peso que carregavam os que haviam participado da secessão e ávida por constituir um discurso que legitimasse suas posições, essa geração transformava a apropriação de um símbolo antes renegado ao esquecimento em um estandarte, numa postura tanto desafiadora quanto afirmativa. Em seu processo de ‘resgate’ dos valorosos farroupilhas injustamente esquecidos, iniciaram a construção de uma memória pública, moldada a partir da premissa de um pioneirismo rio-grandense⁷ na instituição de determinadas causas, especialmente a abolicionista e a republicana.

Os farrapos passavam a ser considerados exemplos a serem seguidos, nomes a serem laureados e monumentalizados. Suas ações durante a rebelião contra o Império eram consideradas como embrião da causa dos republicanos e não mais como, no discurso de arrependimento de duas décadas antes, resultados funestos das contingências impostas numa lógica de guerra. O protagonismo da província voltava a ser conclamado e passava a ser explicado não mais por uma simples índole guerreira. Partindo de uma leitura específica do positivismo, os autores passaram a considerar a constituição peculiar da província, sua diversidade em relação às demais, e a necessidade de que essa disparidade fosse compreendida pelo todo. O discurso se invertia: se antes a diferença gerava desconfiança de ambas as partes sobre o sucesso de uma união da província em relação ao Império, a partir da década de 1880 passava a ser a grande justificativa para o federalismo.

A necessidade de manter o país unido reconhecendo as especificidades regionais existentes constituía o argumento central do republicanismo federalista. A percepção de que a união das diferentes províncias, respeitadas em uma autonomia real, permitiria o engrandecimento da nação, sua maior unidade, e daria suporte a uma política que possibilitaria o desenvolvimento natural de cada região, estava profundamente fundada numa concepção cientificista. Para tanto, o discurso desses primeiros escritos descreve a revolta encobrendo qualquer caráter separatista. Os farroupilhas seriam leis à nação, teriam apenas exigido mudanças na forma como a relação entre centro e província era fundada, incluindo a transformação do sistema político e produtivo.

Ainda nessa vaga de escritos republicanos e positivistas, mais de década e meia depois, Alfredo Varela publicou sua obra *Rio Grande do Sul: descrição física, histórica e econômica*, em que não se furtou em dar interpretação particular sobre o conflito. Escrevendo em 1897, depois da proclamação da República, as semelhanças com as obras de Assis Brasil e Alcides Lima são marcantes. A concepção fundada na interação da *raça*, do *meio* e do *momento*, tal como descrita pela leitura de Taine sobre a obra de Comte, gera determinações claras sobre o estado moral do habitante do Rio Grande do Sul, constitui naturalizações⁸ que persistiriam no imaginário social até hoje. Talvez a grande diferença de Varela seja mais instigante para a nossa análise.

Ao contrário de seus antecessores, Alfredo Varela identificou um potencial político instrumental na evocação da revolta. Num contexto em que a autonomia realmente alcançada dentro da República não satisfazia a elite sul-rio-grandense, Varela atentava ao fato de que a secessão já seria uma alternativa viável, e o sacrifício da pátria poderia ser o predecessor de um momento de glórias. A memória da Revolução Farroupilha era transformada em ameaça velada, como um aviso de que a separação do restante do Brasil poderia ser a solução eleita quando o federalismo não fosse respeitado. Em parte, retoma um recurso político e discursivo pouco utilizado durante o Império, mas não desconhecido, já que o general Antônio de Souza Neto aplicara o mesmo expediente para convencer a Coroa a intervir no Uruguai, nos momentos iniciais da Guerra do Paraguai.

Parte desse processo de transformação da memória em patrimônio político instrumental, a emergência da ameaça separatista na narrativa do conflito, passa a ser uma memória cultivada, para além da apenas herdada, ou seja, houve uma necessidade de expor a memória privada, passada de uma geração a outra no seio da família, e transformá-la em bem público, compartilhado como narrativa não mais da trajetória de indivíduos, mas de toda uma região.

É a instituição da noção de herança imaterial ou legado sobre a Revolução. O próprio Varela foi responsável pela criação de um dos acervos documentais mais abrangentes em relação ao período, recolhido entre descendentes de farroupilhas ligados ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). A necessidade de documentar os fatos também se tornava uma disputa pelo acesso a essa memória, na qual os republicanos tinham ampla vantagem, não apenas porque abriam novo espaço político atraindo grupos familiares que sentiram o isolamento político no período anterior, mas também pelo pioneirismo em trazer novamente à pauta política e intelectual o tema. Porém, como vimos, esse processo não foi tranquilo.

Durante a virada do século, foi publicada em jornais e como opúsculos uma quantidade considerável de biografias políticas e genealogias. Produzidas sob encomenda por respeitáveis bacharéis ou por descendentes com credenciais intelectuais, essas obras buscavam colocar em relevo personalidades que honravam o histórico da família e continham uma curiosa mistura de narrativa literária, fundamentada no relato de filhos e netos do indivíduo biografado, e pretensão documental. Ao mesmo tempo, monumentos eram erguidos em diferentes municípios, honrando a memória de ilustres cidadãos, precursores de várias das inovações sociais que se fixavam no momento.

Tanto republicanos quanto seus adversários buscaram colher os frutos de tal processo. É possível encontrar textos e monumentos louvando características absolutamente contraditórias de um mesmo indivíduo. Um caso bastante instigante é a produção sobre a memória de Domingos José de Almeida, o ministro farroupilha de que falamos anteriormente. Encarregado por um de seus filhos, um bacharel escreveu uma biografia laudatória⁹ do espírito de dedicação ao bem comum e à nação, narrando, entre tantas, a ocasião em que o pai de seu amigo pagou uma festa pública em honra de dom Pedro I e da Proclamação de Independência do Brasil. O filho em questão, Junius Brutus Cassius de Almeida, era um liberal declarado, e sua motivação para recompor uma memória do pai, morto quase três décadas antes, é muito esclarecedora da disputa que se travava.

Os republicanos se constituíram em oposição aos liberais, que haviam absorvido muitos antigos líderes farroupilhas, inclusive o general David Canabarro. Porém, a Revolução sempre foi um assunto para os conchavos, as conversas de bastidores, nunca para uma pauta pública. A apropriação da Revolução Farroupilha pelos republicanos e sua defesa pública alterou esse contexto. Voltemos à memória pública de Domingos José de Almeida, mais uma vez a título de ilustração. Na década de 1880, Epaminondas Piratinino de Al-

meida, um dos filhos mais jovens de Domingos – depois de retornar de São Paulo como bacharel em direito, e ter sido eleito deputado provincial pelo PRR – iniciou as atividades do Clube Republicano em Pelotas. Uma das principais ações do Clube foi a construção de um obelisco dedicado à memória de Domingos José de Almeida e ao seu republicanismo. A disputa de versões sobre a Revolução Farroupilha nesse caso particular atravessa duas dimensões: a política e a familiar.

Epaminondas e Junius Brutus, os dois filhos de Almeida, estavam em grupos políticos diversos. É possível dizer que se encontravam em gerações políticas diferentes, o primeiro participando de uma cultura política fundada nas relações adquiridas nos tempos de faculdade em São Paulo, enquanto o segundo vivenciou uma política articulada especialmente no nível local, com um processo de recrutamento que privilegiava outras formas, como as relações familiares. Um dado apenas para completar o quadro é o de que eles estavam disputando havia alguns anos o poder dentro de sua própria rede familiar, que significava um intrincado complexo de bens não inventariados de seus pais e de relações não conciliáveis. Mas nos interessa particularmente o que nesse caso compete à disputa de discursos sobre a Revolução Farroupilha.

A inscrição principal no obelisco “Os Republicanos de Pelotas recomendam aos Viantes a memória de Domingos de Almeida” teve como intuito traçar uma ligação direta entre os ideais republicanos e os dos farroupilhas. E com isso, transferir o legado político de Domingos José de Almeida para os republicanos, omitindo-se a dedicação que o personagem teve na constituição e consolidação do Partido Liberal na província. Nesse contexto se insere um último aspecto a ser abordado nesse momento do discurso sobre a Revolução Farroupilha, aquele do controle e acesso sobre a documentação referente à revolta. A constituição de acervos particulares, sua preservação e posterior transferência ao poder público foram uma forma de controlar e enquadrar a memória. O discurso legítimo passaria a ser o científico, aquele que tem método e que se baseia naquilo que foi documentado. A disputa discursiva se transfere da arena dos debates cotidianos para os meios de produção do saber.

AGACHAR A REVOLUÇÃO PARA ‘RIO-GRANDENSIZAR’ O BRASIL

Se a história idealizada da Revolução Farroupilha servira, no final do século XIX, aos propósitos políticos das novas gerações republicanas, dotando-as de um mito fundador altamente agregador, o mesmo não era válido para aquela série de imagens e representações que a associavam ao mundo rural pam-

piano. Não bastasse o peso negativo da palavra ‘gaúcho’, aplicada, com protestos locais, a todo habitante da região, as transformações estruturais pelas quais o estado passava, de um lado, tendiam a eliminar formas tradicionais de relações sociais, antigos hábitos e costumes, e, de outro, deslocavam o epicentro da economia sul-rio-grandense da metade sul para o eixo Porto Alegre-colônias de imigração, entre o litoral e a serra. Tanto a modernização do campo, com os cercamentos das terras e a introdução da lógica capitalista de produção, quanto a ascensão econômica da nova área, cuja exploração baseava-se na pequena propriedade e no abastecimento da capital com uma incipiente indústria artesanal, levaram homens de letras à percepção de uma crise generalizada da sociedade agrária sulina.

O folclorismo e a literatura se mostravam, nas primeiras décadas do novo século, possibilidades de registro do mundo que se perdia. Escritores como Luís Araújo Filho e João Simões Lopes Neto narravam recordações do ‘tempo antigo’, cenas da vida na pampa ou versões de lendas e histórias que circulavam oralmente pela região. Simões foi além, incorporando, através do trabalho artístico de linguagem, vocábulos populares e uma maneira de narrar próxima das tradicionais sessões de ‘causos’ dos peões de estância em seu texto, o que lhe renderia notoriedade póstuma e lugar nos manuais literários nacionais pós-movimento modernista. Alcides Maya, membro da Academia Brasileira de Letras, cantava, então, uma era de ouro pampiana, que deixava lugar à triste realidade de pobreza e decadência da vida campeira. A imagem da ‘tapeira’, habitação abandonada e solitária no descampado sul-rio-grandense, título de seu livro de contos publicado em 1911, é bastante significativa, pois remete o leitor, ao mesmo tempo, aos dias de glória imaginários de um gaúcho soberano de vastas distâncias e à triste condição de ruína, extensível ao Rio Grande antigo. A aparente aporia luto-celebração marcava, portanto, parcela considerável de intelectuais locais. Como consequência, houve uma paulatina fixação da temática regionalista, já encontrada na literatura nacionalista romântica, como aspecto central da atenção letrada.

Evidentemente, o folclorismo não era fato novo no Rio Grande do Sul, nem tampouco isolado no país. Os primeiros textos literários sobre a província já trabalhavam material oriundo da cultura rural e figuravam personagens nela inspirados. Gerações de professores, jornalistas e políticos coligiam, ao mesmo tempo, versos e ditos populares, além de extenso vocabulário, matéria creditada à figura marginal e suspeita do gaúcho fronteiriço. O novo olhar lançado aos sertões pelo Brasil do litoral, no entanto, fomentava o impulso

telúrico da produção sul-rio-grandense, compartilhado, como não poderia deixar de ser, por parte da nascente historiografia local.

Houve, portanto, no período, o reforço da imagem por muito tempo incômoda ao Rio Grande de ‘pátria gaúcha’. Na década de 1920, como que profundas correntes de pensamento convergiram na emergência do conto gauchesco, gênero narrativo e temático que dominaria a preferência literária da nova geração. Se o projeto estético modernista, que implicava pesquisa, fuga às convenções, valorização e ostentação da matéria artística, não se efetivou no Rio Grande do Sul, salvo exceções, como mostrado por Lígia Chiappini Moraes Leite,¹⁰ a perspectiva ‘verde e amarela’ fomentou, em boa medida, a propagação do regionalismo tradicional. A literatura voltava-se, então, com maior ênfase, à ideologia, na criação do gaúcho heroico, bravo guerreiro que teria sustentado os interesses portugueses e, posteriormente, brasileiros, na área do Prata, justificando os esforços da elite gaúcha na tomada do poder central.

E a Revolução Farroupilha? A essa altura, o leitor já prevê que a rememoração do episódio tenha contribuído para o enaltecimento do gaúcho sul-rio-grandense, catalisando uma gama de ideias – republicanismo, federalismo, autonomia – já agenciadas pela classe política local em embates anteriores com o centro. Todavia, a equação ‘gaúcho’/Revolução era de difícil manipulação. Como dito, as representações que identificavam o Rio Grande ao mundo rural também o aproximavam perigosamente da cultura platina. Não bastasse a possível desconfiança quanto à nacionalidade do rio-grandense, a celebração do gaúcho heroico apontava para uma tradição popular e, portanto, ‘inculta’, algo bárbara aos olhares das elites litorâneas e ‘civilizadas’. Quer dizer, tratava-se de um problema com o qual a memória histórica teria de lidar.

No ano de 1920, um grupo de profissionais liberais fundou o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS, mais tarde IHGRS), com a missão de congregar os pesquisadores que se debruçassem sobre os temas locais, tendo como modelo o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Mesmo se configurando como entidade privada, e talvez em função do auxílio público recebido do Estado, de acordo com os trabalhos pioneiros de Marlene Medaglia¹¹ e Ieda Gutfreind,¹² o IHGRS se comportava, nas primeiras décadas de existência, como portador oficial da verdade histórica local. Ainda nos anos 1950, o governo estadual recorria a pareceres de suas comissões para orientar a política pública na área da memória, gerando, até mesmo, diversas disputas entre intelectuais de opiniões divergentes.

Em função de tais conflitos, Gutfreind identificou a existência de duas matrizes historiográfico-ideológicas principais que polarizariam o debate pú-

blico local no tocante aos assuntos históricos: *grosso modo*, a primeira, chamada *platina* – e aplicável até mesmo a produções historiográficas pioneiras como a obra de Varela –, apontaria para as trocas econômicas e culturais entre o Rio Grande e o Prata e tenderia a reconhecer, em algum grau, o caráter separatista da Revolução Farroupilha; a segunda, nascida com o IHGRS, *lusitana*, marcaria o vínculo da região com a nação, desenhando o gaúcho heroico como defensor da fronteira portuguesa e, posteriormente, brasileira, no sul da América, e reinseriria a Revolução no ciclo de revoltas regenciais, afirmando seu caráter nacional, patriótico e redentor, na medida em que seus anseios republicanos anteciperiam o destino manifesto do país.

Mas o agenciamento do gaúcho mítico, como dito, não somente levava os intelectuais a um paradoxo da nacionalidade, mas também encontrava resistência lógica em uma produção que incorporava a dicotomia *campo/barbárie versus cidade/civilização*, na esteira da obra *Facundo* (1845), do argentino Domingo Faustino Sarmiento. Em 1925, por exemplo, Moysés Vellinho, sob o pseudônimo de Paulo Arinos, em altercação, nas páginas do jornal *Correio do Povo*, com seu colega historiador Rubens de Barcellos a respeito do saudosismo na literatura de Alcides Maya, daria como resposta à questão a necessidade de superar tal ‘preconceito’, que oporia a civilização ao gauchismo, negando, ao mesmo tempo, a anunciada derrocada do ‘guasca’: “Conservando as suas virtudes fundamentais ... o gaúcho ainda se sente bem de saúde ao lado da locomotiva, do automóvel, do telégrafo, do aeroplano, do *jazz-band*”.¹³

Os recentes trabalhos de Leticia Borges Nedel aprofundam as reflexões de Gutfreind ao mostrar que as disputas intelectuais não se davam apenas em função da definição do lugar político do Rio Grande na construção do Brasil: as divergências envolviam, entre outros pontos, os assuntos narrados e os heróis celebrados, os tipos de fonte utilizados e mesmo o diálogo com o discurso literário. Para essa autora, a partir da década de 1920 dois ‘registros’ de memória pública são elaborados pelos intelectuais locais: naquele que poderíamos identificar com a ‘matriz lusitana’ de Gutfreind, o foco de atenção dava-se sobre a geopolítica, a história das “marchas e contramarchas de Portugal e Espanha sobre o Rio Grande de São Pedro”, sendo de uso principalmente historiográfico; no segundo tipo, análogo à ‘matriz platina’, o privilégio se dava sobre identificação de um sujeito *folk*, “associado ao mundo rural, à condição de rebaixamento social e à intimidade com o meio físico”,¹⁴ de uso eminentemente literário.

O ‘problema’ causado pelo segundo tipo de registro à historiografia oficial teria como saída a distinção entre o gaúcho sul-rio-grandense e a figura do

gaucho malo platino, este sim ‘vagamundo’, bandoleiro, hoste de caudilhos uruguaio e argentinos. Tendo origem distinta, lusitana, e uma história de defesa de valores morais e políticos elevados, ‘nosso’ gaúcho seria ordeiro e trabalhador. Interessante notar, para este foco de análise, que a solução final, como apontado por Nedel, só se daria com a nobilitação do termo *gaúcho*, a partir da extensão dessa denominação à elite militar-estancieira que patrocinara a Farroupilha.¹⁵ Vale ressaltar que tal processo não implicou a adesão em massa dos historiadores ao registro *folk*, pois a disputa entre as perspectivas memorialísticas continuaria ganhando, como veremos a seguir, novo ânimo com o fim do Estado Novo. O que houve foi a ressemantização do vocábulo, com longo histórico de suspeitas. Mas, a partir daí, o uso ideológico combinado da revolta farroupilha e do gaúcho pampiano parece-nos estar teoricamente liberado.

Às vésperas da chamada *Revolução de 1930*, o regionalismo literário e historiográfico justificava simbolicamente o regionalismo político gaúcho,¹⁶ cunhado na providencial aliança da dissentida elite local para a tomada do poder central. A lembrança da Revolução Farroupilha, por sua vez, encontrava-se com o discurso de crise característico da barganha intraoligárquica que antecedeu o golpe, tornando-se mote inspirador e palavra de ordem quando da impossibilidade de acomodação pacífica dos interesses das elites regionais: “O mês farrapo ahi vem com todo o seu fermento/ de renascença e arremetida”, anunciavam os versos de Mansueto Bernardi em página da *Revista do Globo*,¹⁷ no mês de agosto de 1930; “Rio Grande, de pé, pelo Brasil! Não poderás falhar no teu destino heroico” dizia Getúlio Vargas no manifesto de 4 de outubro, publicado nos veículos locais.

Cinco anos depois, a celebração do centenário da Revolução colocaria novamente a memória histórica a serviço da política. De setembro de 1935 a janeiro de 1936, a várzea da Redenção, batizada então como Parque Farroupilha, recebeu uma exposição comemorativa com a participação de outros estados da Federação, como Santa Catarina, Paraná, Pará, São Paulo, Distrito Federal, Minas e Pernambuco. Dos 17 pavilhões, cinco tratavam do Rio Grande do Sul. No momento em que o governador do estado, Flores da Cunha, rompia com o presidente Getúlio Vargas, assim como a Frente Única Gaúcha, união entre os partidos Liberal e Republicano locais que sustentara a Revolução de 1930, o que configurava embates entre o poder central e a elite regional descontente, a noção de federalismo, com a prescrição da autonomia local, era recuperada através da memória farroupilha, assim como a vocação de protagonismo político do estado, com a necessária reafirmação de sua brasilidade.

Como se sabe, o centralismo varguista venceria a contenda. A queima das bandeiras estaduais em ato público promovido pelo governo federal, em 1937, representaria o novo clima de repressão aos particularismos políticos e de negação das especificidades culturais. Mas um mito suficientemente elástico para adaptar-se a novos contextos de conflito *centro versus periferia*, como o que vimos ser construído a partir da história da Revolução Farroupilha, só poderia regressar em momento propício.

O RETORNO ‘EM FESTA’

Entre 1947 e 1948, um novo elemento surgia no cenário rio-grandense: o *movimento tradicionalista gaúcho* começava a ser construído por um grupo de estudantes do Colégio Júlio de Castilhos, o “Julinho”, de Porto Alegre, capitaneados por João Carlos D’Ávila Paixão Côrtes e Luís Carlos Barbosa Lessa, entre outros. O regional, categoria combatida pelo governo Vargas e pela perspectiva de ‘popular-nacional’ almejada pelos intelectuais do Estado Novo,¹⁸ então retornava ao debate público nos estados periféricos, sendo disputado, reconfigurado e disseminado pelos novos meios de comunicação de massa, como o rádio e o cinema.¹⁹ O projeto de ‘invenção de tradições’ posto, então, em prática no Rio Grande do Sul pelo movimento tradicionalista operara com representações sociais de longa duração, incluindo as imagens literárias e historiográficas construídas pela escrita erudita local já citadas aqui. Sua grande eficiência na ‘conquista de almas’, ao longo da década de 1950, se deu tanto pela utilização da imprensa rio-grandense quanto pela nova perspectiva ritual de civismo gaúcho, ancorada no aparato simbólico desenvolvido para encenação nos Centros de Tradições Gaúchas (CTGs), o que incluiu uma sociabilidade inspirada na hierarquia idealizada da estância, dividida entre patrão e peões, o uso do folclore para a criação de danças tradicionais e, também, a invenção de um modelo de mulher tradicionalista, a ‘prenda’, cuja indumentária não tinha sequer correspondência histórica com o trajar das ‘gaúchas’ de outrora.

A fundação de entidades cívicas voltadas às ‘tradições’ do Rio Grande tinha precedentes, como o Grêmio Gaúcho de Porto Alegre, criado pelo militar João Cezimbra Jacques em 1898. Sabe-se, no entanto, que nenhuma instituição do gênero chegara ao final da década de 1940 com uma configuração próxima à dos CTGs. O quadro aqui descrito é produto daquele contexto histórico, e seu sucesso deve ser creditado à ressonância encontrada no imaginário local pelas novas práticas comemorativas. O projeto tradicionalista só po-

de ser compreendido como função de circunstâncias bastante favoráveis, que delimitaram seu desenrolar. A memória da Revolução Farroupilha, mais uma vez subterrânea, seria um dos elementos da trama.

Segundo as narrativas consagradas sobre o surgimento do movimento, Paixão Côrtes teria aproveitado o traslado dos restos mortais do general farroupilha David Canabarro para organizar, em 5 de setembro de 1947, um cortejo de cavaleiros, ‘tipicamente’ trajados com o vestuário campeiro, representado por bombachas, botas de cano alto e esporas, além do lenço atado ao pescoço (que historicamente fora usado como sinal diacrítico das preferências ou vínculos políticos das hostes em disputa pelo poder local),²⁰ ponchos e palas. Simbolicamente, a primeira atividade do grupo, que viria a se constituir em seu primeiro rito específico regular, sintetizava as duas figuras privilegiadas nos discursos regionalistas, literários e historiográficos: o *militar-estancieiro*, conquistador e defensor do território, devido ao episódio farroupilha, esteio da liberdade e da República, tornado ‘gaúcho’ pelo trabalho de memória histórica, como vimos, e o *campesino*, arraia-miúda das tropas dos generais, mas, e principalmente, povoador dos descampados, peão e lavrador, construtor do Rio Grande, fundamento da economia e ‘origem’ da cultura regional. Nesse momento, não se tratava somente da resignificação do vocábulo, passo necessário, aliás, ao que viria, mas da confusão deliberada entre ambos os registros de memória, que retornavam ao debate público. Tudo se passa como se a aclamada ‘democracia social sulina’, outro dos mitos criados pela historiografia tradicional, se materializasse naquela cena em que jovens ‘peões’ eram elevados à categoria de guardiões oficiais da memória farroupilha.

As duas marcas mais visíveis e ostensivamente publicizadas no cortejo dos despojos de David Canabarro eram, nesse sentido, a indumentária campeira e a bandeira estadual, antigo pavilhão da “República de Piratini”. A formalização das tradições gauchescas se iniciava nesse momento. Os trajes utilizados passavam por um processo de seleção, em que os elementos ‘inventariados’ configuravam uma estética que ultrapassava a definição do código vestimentar: mostrar aos contemporâneos ‘tudo o que o gaúcho usava’ era a opção que melhor denotava o compromisso ético e político do grupo de provar a existência do gaudério e ‘salvá-lo’ do esquecimento. Antigos utensílios das lidas no campo eram, assim, incorporados ao traje típico mesmo na execução de *performances* artísticas ou rituais que em nada remetiam ao trato com o gado ou o cavalo. Da mesma maneira, armas brancas, como facas e adagas, ou antigos revólveres, como a ‘garrucha’, passavam a integrar, nas mesmas condições, a simbologia regional corporificada na indumentária. A ‘estirpe militar’, dessa

forma, também se manifestava no trajar tradicionalista, além de sua celebração cívica representada pela cavalgada em honra à memória de um dos principais líderes da sedição farrapa.

Esse polo do imaginário tradicional manipulado pelo grupo de jovens comparecia, ainda, no ‘resgate’ do estandarte farroupilha, colocado na ilegalidade pelo Estado Novo. Dez anos após a cerimônia de queima das bandeiras estaduais, no entanto, já não era mais crime portar o pavilhão do Rio Grande. Ainda assim, as narrativas dos fundadores do movimento observam a dificuldade de encontrar a bandeira nos espaços públicos da capital, fato que teria repercutido na reação da plateia que acompanhava o desfile do grupo.²¹ Como ocorreu com aqueles instrumentos campeiros considerados emblemas da ‘gauchidade’, tratava-se, então, de dar novamente visibilidade ao estandarte. Além disso, os jovens estudantes se apropriavam de um símbolo elaborado no seio do movimento político do qual se consideravam herdeiros culturais.

Após a cavalgada gaúcha nas comemorações da Semana da Pátria, que tivera incentivo e apoio logístico da *Liga da Defesa Nacional*,²² o grupo resolveu desenvolver novas atividades em alusão ao dia 20 de setembro. Dois dias depois do desfile, em 7 de setembro, novamente ‘pilchados’ e montados, os jovens colheram uma centelha da “Pira da Pátria”, antes do momento de sua extinção, e a levaram até um ‘candeiro’ guardado sob uma pequena cabana improvisada, no pátio do colégio, que representava o ‘galpão’ das estâncias gaúchas, dormitório dos peões, abrigo dos viajantes e palco das narrações de causos tradicionais. Iniciara-se, assim, a chamada *Ronda Gaúcha*, contando com atividades artísticas, campeiras e debates intelectuais sobre a literatura e a história do Rio Grande do Sul. A atividade se repetiria nos anos seguintes, denominada *Ronda Crioula*, e seria incorporada oficialmente, em 1964, ao calendário de efemérides do estado como “Semana Farroupilha”.²³

Vale mencionar que a disputa entre os dois registros de memória também se manifestaria na definição da estrutura do ‘35’ CTG, primeira entidade tradicionalista, molde dos centros que se irradiariam pelo Rio Grande, fundada em 1948 para abrigar o grupo de estudantes julianos, somados a militares da Brigada estadual, que possuíam projeto cívico paralelo. A primeira perspectiva dava primazia ao gaúcho popular, predicando, ainda, a abertura da sociedade a todos os rio-grandenses, do campo e da cidade, com ou sem vínculo real com o mundo rural. Já a segunda previa a fundação de uma instituição fechada, de inspiração maçônica, com 35 membros efetivos e vitalícios, em homenagem ao ano de eclosão da Revolução Farroupilha, daí o nome por ela adotado, e celebraria a elite estancieira-militar lusitana dominante na memó-

ria histórica oficial. Mais uma vez, a solução encontrada foi a conciliação de ambos os elementos, além da aceitação de qualquer interessado, mediante prova campeira ou intelectual – dissertações sobre cultura local – avaliada pelos pares, chamada ‘condição de ajuste’.

Houve, todavia, inicialmente, certa preponderância da perspectiva *folk* tanto na configuração do centro (modelo do ‘galpão’), quanto na paulatina definição da doutrina tradicionalista, muito provavelmente em razão de projetos pessoais como os de Paixão Côrtes e Barbosa Lessa, que em 1950 ingressariam na Comissão Estadual de Folclore, braço local da Comissão Nacional de Folclore (CNFL), através da qual realizariam pesquisas de campo sobre danças gaúchas. Barbosa Lessa, aliás, se tornaria grande divulgador do movimento, através de sua inserção na mídia e aceitação pela erudição local, além da crítica positiva a seu projeto literário no centro do país, tendo recebido o prêmio nacional de romance de 1959, concedido pela Academia Brasileira de Letras, pela obra *Os guaxos*. Como escritor, seguiria a trilha de Simões Lopes Neto, mas se revelaria bastante sensível às questões de seu tempo, como a difícil assimilação da tradição indígena-missioneira pela memória local, a denúncia da condição do negro na estância e a incorporação da mulher como protagonista na literatura gauchesca, conforme mostrado por Joana Bosak.²⁴

Décadas mais tarde, entre 1980 e 1983, sua passagem pelo governo do estado como titular da Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo (SCDT) consolidaria o apoio oficial à identidade regional fundada no binômio tradicionalista *gaúcho/farroupilha*. É verdade que sua trajetória como folclorista o levaria a dar atenção à diversidade das manifestações culturais locais, perseguindo a representação (e pacificação) dos mais variados segmentos da sociedade sul-rio-grandense na área, mas a mobilização do aparato estatal para a comemoração da Revolução, durante as Semanas Farroupilhas promovidas por sua gestão, além das políticas públicas de fomento ao popular gauchesco, contribuiria para a emergência definitiva do episódio como mito identitário dominante, amplamente aceito pelo imaginário regional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo procuramos apresentar uma visão panorâmica do fenômeno perseguido, ou seja, o longo processo de construção, atualização e disputa em torno do mito da Revolução Farroupilha. Para dar conta, minimamente, da tarefa, fizemos ‘paradas’ estratégicas em momentos capitais, observando o discurso dos combatentes, a memória cultivada por familiares e her-

deiros políticos, a literatura regionalista, a historiografia tradicional e um dos principais rituais do tradicionalismo gaúcho organizado, estendido a toda a sociedade sul-rio-grandense pela encampação do Estado. Como pudemos perceber, a celebração do episódio custou a emergir como possibilidade cívica no cenário regional; antes, foi necessário esquecê-lo, condená-lo, ressignificá-lo, numa linha tortuosa e descontínua que acompanhou o devir histórico do Rio Grande, suas transformações sociais, a ascensão de novas gerações de políticos e intelectuais, a organização profissional da memória, os novos embates pelo poder e, claro, a relação muitas vezes tensa com o centro do país.

Nos últimos anos, o concurso ao mito, pelos mais variados sujeitos e mais diversas perspectivas de atuação política e social, tornou-se trivial. Na década de 1980, por exemplo, uma profunda crise financeira do estado era propalada pelos governantes locais, a despeito dos números positivos da economia. Naquele momento, o sesquicentenário da Revolução lembrava aos gaúchos do campo e da cidade a ‘dívida histórica’ do restante do Brasil, dado o alto preço pago pela sua adesão ‘opcional’ à nação. O discurso que creditava a percebida crise de então à ineficiência da União gerou efeitos imediatos, como a intervenção do Banco Central para salvar o Banco Sul Brasileiro da falência. Alguns anos mais tarde, um episódio caricato chamou a atenção do país para as ‘particularidades’ do ‘irmão do Sul’: recorrendo a símbolos gestados pela elite farrapa, Irton Marx, hoje vereador no município de Santa Cruz do Sul, predicava a criação da República do Pampa em entrevista a um dos mais populares programas de televisão dos domingos à noite, revelando o lado mais ufanista do gauchismo. Mas, como prova da maleabilidade do mito, poderíamos citar a eleição do petista Olívio Dutra ao governo estadual em 1998, quando a imagem do candidato sintetizava a figura do gaúcho heroico, desta vez, inegavelmente de esquerda, pelo uso de lenço vermelho ao pescoço, linguajar regional, sotaque carregado, sugestivo bigode e o epíteto de ‘galo missioneiro’. Em 2010, a candidatura do vitorioso Tarso Genro, também do PT, recorreria ainda à identidade gaúcha e à memória farroupilha em sua propaganda eleitoral.

Como apontado pelo antropólogo Ruben Oliven, tal identidade se funda em um contrassenso: ao mesmo tempo em que ela reivindica posição diferenciada apelando às singularidades culturais do Rio Grande, passa necessariamente pela afirmação da brasilidade de seu habitante.²⁵ É um jogo complexo em que o específico é limitado pelo geral, não podendo, exceto em casos extremos, ultrapassá-lo. Nesse exato ponto se encontra a Revolução Farroupilha, aliada ao mito do gaúcho pampiano. O lastro social que o tema possui é mensurável pela apropriação quase obrigatória que qualquer grupo tem de realizar

ao construir uma pauta reivindicatória geral para o Rio Grande do Sul ou ao disputar os rumos da cena política interna, reproduzindo a sensação de unanimidade sobre a identidade regional. Mas, como vimos, sua trajetória é outra. E, ao que tudo indica, o grande sucesso do mito se deve justamente à história de disputa, que fornece, aos atores de hoje, palheta variável de recursos identitários, um repertório de símbolos ao mesmo tempo coeso e múltiplo.

NOTAS

¹ AZEVEDO, Gustavo. Cara a cara com o gaúcho. *Zero Hora*, Porto Alegre, 3 out. 2010, p.26-27.

² PESAVENTO, Sandra. *República Velha Gaúcha*: frigoríficos, charqueadas, criadores. Porto Alegre: Movimento; IEL, 1980; GUTFREIND, Ieda. *A historiografia Rio-Grandense*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1992.

³ PINTO, Celi Regina Jardim. O discurso da crise: uma presença constante na história gaúcha. In: SCHULER, Donaldo (Org.). *Mito ontem e hoje*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1990. p.12-28.

⁴ GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. *De Rio-Grandense a Gaúcho*: o triunfo do avesso. Um processo de representação regional na literatura do século XIX (1847-1877). Porto Alegre: Editoras Associadas, 2009.

⁵ AHRS: Documentação dos Governantes A-7.002.

⁶ VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a Corte*: os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889). Santa Maria (RS): Ed. UFSM, 2010.

⁷ Assis Brasil e Alcides Lima usam precisamente a expressão ‘originalidade’ ao tratar de papel pioneiro que supõem como característica fundamental da província.

⁸ ALMEIDA, Marlene Medaglia. *Na trilha de um andarengo*: Alcides Maya (1877-1944). Porto Alegre: Ed. PUCRS/IEL, 1994.

⁹ CUNHA, José Zeferino da. *Apontamentos para a história da revolução de 1835*. Biografia de Domingos José de Almeida. Pelotas: Tipografia da Livraria Americana, 1902.

¹⁰ LEITE, Ligia Chiappini de Moraes. *Regionalismo e modernismo*. São Paulo: Ática, 1978.

¹¹ MEDAGLIA, Marlene. *Introdução ao estudo da historiografia sul-rio-grandense*: inovações e recorrências do discurso oficial (1920-1935). Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1983.

¹² GUTFREIND, Ieda. *A historiografia Rio-Grandense*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1992.

¹³ ARINOS, Paulo. Guerra à saudade! In: CHAVES, Flávio Loureiro. *O ensaio literário no Rio Grande do Sul (1868-1960)*. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos; Brasília: INL, 1979. p.101.

¹⁴ NEDEL, Letícia Borges. Regionalismo, historiografia e memória: Sepé Tiaraju em dois tempos. *Anos 90*, Porto Alegre, v.11, n.19/20, jan.-dez. 2004. p.358.

¹⁵ NEDEL, Letícia Borges. Um passado novo para uma história em crise: regionalismo e folcloristas no Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília. Brasília, 2005. p.68.

¹⁶ Em estudo já clássico, Joseph Love define esse tipo de regionalismo como “comportamento político que aceita a existência de um Estado-nação mais amplo, mas que procura o favoritismo econômico e o patronato político da unidade política maior, ainda que sob o risco de comprometer o próprio sistema político”. LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975. p.115.

¹⁷ BERNARDI, Mansueto. Primavera Farrapa. *Revista do Globo*, Porto Alegre, 30 ago. 1930, s.p.

¹⁸ VELLOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural no Estado Novo. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. Sinais de modernidade na Era Vargas: vida literária, cinema e rádio. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida (Org.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

¹⁹ OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. Sinais de modernidade na Era Vargas: vida literária, cinema e rádio. In: FERREIRA; DELGADO (Org.), 2003.

²⁰ Durante a “Revolução Federalista” de 1893, por exemplo, os correligionários do Partido Republicano (picapaus) eram identificados pelo lenço branco, ao passo que seus opositores federalistas (maragatos), pelo lenço de cor vermelha.

²¹ Segundo Paixão Côrtes, a exibição do estandarte gerou comoção popular: “vi as emoções do público, aplaudindo entusiasticamente e descobrindo respeitosa e cabeceira, dando efusivos ‘Viva o Rio Grande’, ‘Viva o Rio Grande’ e lenços levados aos olhos para enxugar as lágrimas...”. PAIXÃO CÔRTEZ, João Carlos. *Origem da Semana Farroupilha: primórdios do Movimento Tradicionalista*. Porto Alegre: Evangraf, 1994. p.68.

²² A LDN foi fundada em 1916, no Rio de Janeiro, por intelectuais, políticos e militares liderados por Olavo Bilac, como sociedade cívico-patriótica para a defesa e promoção de ideais nacionalistas. A partir de 1938, o diretório do Rio Grande do Sul passou a organizar a *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria*, objetivando homenagear anualmente a memória de personagens históricos considerados ‘grandes vultos da nação’. Partindo a cada ano de pontos diferentes, a Corrida terminava no Parque Farroupilha, de Porto Alegre, onde se encontrava a ‘pira-monumento’ que guardaria o ‘fogo simbólico’ até sua extinção, no dia 7 de setembro.

²³ A lei n. 4.850, assinada em 11 de dezembro de 1964 pelo deputado Francisco Solano

Borges, então presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, oficializa a “Semana Farroupilha”, “a ser comemorada de 14 a 20 de setembro de cada ano, em homenagem e memória aos heróis farroupilhas”, segundo definição do Art. 1.

²⁴ BOSAK, Joana. *De guaxos e de sombras: um ensaio sobre a identidade do gaúcho*. Porto Alegre: Dublinense, 2010.

²⁵ OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1992.